



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Pesquisadores da Fundacentro estudarão mudanças nas Normas Regulamentadoras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 15/05/2019

A revisão e a modernização das normas regulamentadoras (NRs) estão na lista de prioridades da Fundacentro, órgão de pesquisa ligado à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. As mudanças nas regras de saúde e segurança dos trabalhadores foram anunciadas pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, e ganharão reforço da instituição.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Tempo dedicado a cursos online obrigatórios para promoção será pago como hora extra](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a uma bancária de Caldas Novas (GO) o pagamento, como extras, das horas dedicadas à realização de cursos pela internet durante os cinco anos em que trabalhou para o Banco Bradesco S.A. Conforme o entendimento do colegiado, os cursos serviam de critério de promoção na carreira e, por isso, o tempo despendido foi considerado à disposição do empregador.

[Gestante consegue anular demissão e receberá verbas do período de estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2019

O Tribunal Superior do Trabalho reafirmou sua jurisprudência de que o momento do conhecimento da gravidez pelo empregador, ou mesmo pela gestante, não retira da empregada o direito à estabilidade provisória. O tema foi abordado pela Primeira Turma no julgamento do recurso de revista de uma auxiliar de serviços gerais que descobriu que estava grávida somente depois de pedir demissão.

[Culpa exclusiva de servente por acidente em travessia de rio afasta direito a indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação da GDK S.A., de Salvador (BA), e da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) ao pagamento de indenização por danos morais e materiais a um servente de obras que sofreu acidente ao atravessar um córrego em Itatiba (SP). Por unanimidade, o colegiado concluiu que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do empregado.

[Fiscalização flagra alojamentos precários em obra em Barreiras, na Bahia](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 17/05/2019

Alertados por denúncia de possível submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, auditores-fiscais do trabalho inspecionaram o canteiro de obras para construção da Policlínica no município de Barreiras (BA), na última quarta-feira (15). Dos 62 empregados encontrados no local, 32 estavam sem registro. Os auditores também vistoriaram os alojamentos dos trabalhadores para verificar as áreas destinadas ao repouso nos intervalos da jornada. Eles estavam alojados em seis casas alugadas. Em uma dessas, de três quartos, estavam abrigados 26 trabalhadores.

[Curso traz nova visão para elaboração do PPRA](#)

Fundacentro - 13/05/2019

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA será tema de curso que acontece na Fundacentro (Centro Regional do Distrito Federal), de 28 a 30 de maio de 2019. Coordenado por Luiz Augusto

Damasceno Brasil, servidor e tecnologista da Fundacentro (Centro Regional do Distrito Federal), o curso “Como elaborar e gerenciar PPRA” irá discutir o conteúdo da NR-9 e de outros itens disponíveis para a elaboração, acompanhamento da implantação e avaliação do desempenho dos programas.

[Avanços e retrocessos nas relações de trabalho é tema de seminário](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2019

Os avanços e retrocessos nas relações de trabalho e o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT) foram temas de seminário durante o 17º Congresso Nacional da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT). O evento segue até este sábado (18), no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB), em Brasília, e debate os valores essenciais às transformações do trabalho.

[Acidentes de trabalho com máquinas custam R\\$ 732 milhões à Previdência](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/05/2019

De 2012 e 2018, máquinas e equipamentos provocaram 528.473 acidentes de trabalho, tendo como consequência 2.058 mortes acidentárias notificadas e 25.790 amputações ou enucleações, no Brasil. Os números são do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, ferramenta criada pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, que reúne informações de bancos de dados oficiais do governo.

[Nota técnica alerta: MP 873/2019 fere Constituição e Convenções Internacionais](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2019

As alterações legislativas trazidas pela Medida Provisória 873 de 2019, com o objetivo de regular a autorização prévia e o recolhimento de contribuições sindicais, atentam contra a liberdade sindical, a autonomia privada coletiva e a livre negociação. É o que sustenta a Nota Técnica nº 03, da Coordenadoria Nacional da Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT), cuja íntegra está acessível [aqui](#).

[Para conscientizar sobre doenças ocupacionais, Campinas recebe ‘Acidentômetro do Trabalho’](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2019

Uma ação do Ministério Público do Trabalho em Campinas, em parceria com a Prefeitura Municipal e o CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, instalou na cidade o primeiro ‘Acidentômetro do Trabalho’ do Brasil, um painel de LED de 5 metros de largura por 2 metros de altura. O objetivo é mostrar à população, em tempo real, a quantidade de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e transtornos mentais no Brasil, incluindo, além das ocorrências registradas, os dias de trabalho perdidos com afastamentos previdenciários, os gastos da Previdência com benefícios acidentários e as mortes notificadas.

[Em audiência pública, SINAIT afirma que reforma previdenciária deforma aposentadoria especial](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/05/2019

O presidente do SINAIT, Carlos Silva, apontou que a reforma previdenciária desconfigura o caráter preventivo da aposentadoria especial do trabalhador sujeito a agentes nocivos no ambiente laboral. O dirigente participou de audiência pública na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 6/2019, na Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira, 16 de maio. No debate, foram discutidas as regras para aposentadoria de pessoa submetida a condições prejudiciais à saúde, de pessoa com deficiência e as normas para aposentadorias por invalidez. A vice-presidente do SINAIT, Rosa Maria Campos Jorge, também esteve presente ao debate, assim como o advogado especialista em direito previdenciário Diego Cherulli.

[Senador Paim critica anúncio do governo sobre redução de 90% das Normas de Segurança no Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/05/2019

O senador Paulo Paim (PT/RS) declarou-se estarelecido com a notícia de que o governo pretende reduzir em 90% a quantidade de Normas Regulamentadoras - NRs de Segurança e Saúde. Em sua manifestação, no Plenário do Senado, Paim lembra que o Brasil ocupa o 4º lugar no mundo em números de acidentes de trabalho. Paim disse ainda que espera que o anúncio não seja verdadeiro, pois uma redução dessas representaria elevar o Brasil ao 1º lugar nesta triste estatística. Segundo ele, a justificativa do governo é facilitar o maquinário. Em nota, o governo aponta a Norma Regulamentadora 12 – NR 12 como o alvo a ser revisto e que a partir disso serão revistas outras Normas.

[Nota do SINAIT - “Simplificação” das NRs é um atentado contra a vida dos trabalhadores brasileiros](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/05/2019

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT manifesta sua indignação com as declarações de autoridades do governo federal acerca da “simplificação” das Normas Regulamentadoras – NRs. Essas normas são o ordenamento jurídico mais completo em termos de segurança e saúde, que tem foco na proteção da integridade física, da saúde e da vida dos trabalhadores brasileiros.

[Receita lança série de videoaulas sobre eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb](#)

Portal eSocial - 15/05/2019

A Receita Federal disponibilizou uma nova série de videoaulas com o objetivo de apresentar aos contribuintes as principais ocorrências e os principais erros observados pelas equipes de desenvolvimento do eSocial, da EFD-Reinf e DCTFWeb.

[Limpeza da base de dados do ambiente de produção restrita acontecerá em 20/05](#)

Portal eSocial - 15/05/2019

No dia 20/05/2019, segunda-feira, a produção restrita (ambiente de testes) ficará fora do ar para procedimento de limpeza da base de dados. As empresas que enviaram eventos nesse ambiente de testes deverão reenviá-los posteriormente. Para realização da limpeza, o sistema ficará indisponível das 08h às 17h do dia 20.

[Os limites à fiscalização do trabalho em prol da segurança jurídica](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2019

O Tribunal Superior do Trabalho, por ato do julgamento do Agravo em Recurso de Revista 115000-86.2009.5.18.0008, em 13 de março, declarou, conforme acórdão de lavra do ministro Cláudio Brandão, "legítima a atribuição conferida ao Auditor-Fiscal do Trabalho para lavrar os autos de infração e aplicar multas quando concluir pela invalidade de norma coletiva contrária à legislação e aos direitos trabalhistas".

[TRT-18 vai decidir se norma coletiva pode suprimir adicional noturno e de feriado](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2019

O Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) vai decidir sobre a validade de norma coletiva de trabalho que, em regime de compensação de jornada 12x36, suprime o pagamento em dobro dos feriados e o adicional noturno.

[Para MPT, fim do desconto em folha na contribuição sindical é inconstitucional](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2019

A decisão do presidente Jair Bolsonaro (PSL), por meio da Medida Provisória 873, de estabelecer o boleto bancário em vez do desconto em folha de pagamento para a contribuição sindical tem o potencial de inviabilizar a atuação dos sindicatos e de fragilizar seu sistema de financiamento.

[Banco é condenado pelo TST por não se adaptar a empregada deficiente](#)

Consultor Jurídico - 13/05/2019

Faz parte da responsabilidade social da empresa se adequar para que uma empregada com dificuldade de locomoção possa ir ao trabalho. Com este entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento ao recurso de uma ex-empregada de um banco que pedia a condenação da empresa por não atender pedido de acessibilidade para poder retornar ao trabalho.

Atos Normativos

[PORTARIA ITI Nº 22, DE 9 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 13/05/2019 Seção I Pág. 01) - Estabelece os procedimentos relativos aos pedidos de acesso à informações de que trata a Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;

[PORTARIA MMDFH Nº 798, DE 9 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 13/05/2019 Seção I Pág. 36) - Altera a Portaria nº 289, de 10 de agosto de 2018 que institui o Comitê Empresas e Direitos Humanos no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos - CEDH e revoga a Portaria nº 345, de 13 de novembro de 2018;

[LEI Nº 13.825, DE 13 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 14/05/2019 Seção I Pág. 03) - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

[PORTARIA ME Nº 213, DE 13 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 14/05/2019 Seção I Pág. 13) - Revogação da Portaria nº 1.287, de 27 de dezembro de 2017, do Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 830, DE 15 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 16/05/2019 Seção I Pág. 17) - Altera a Resolução nº 825, de 26 de março de 2019, que regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.890, DE 14 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 16/05/2019 Seção I Pág. 19) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

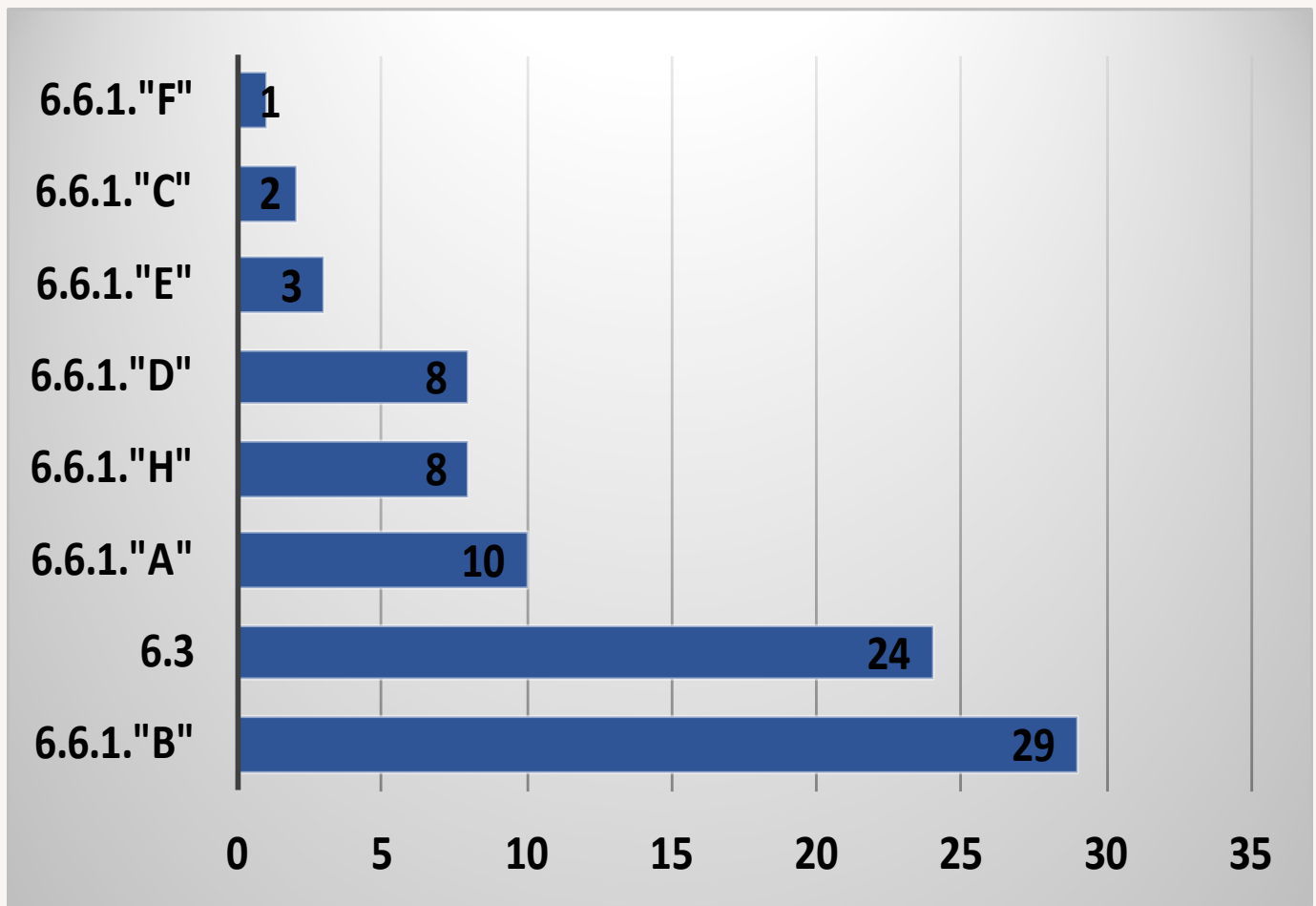
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.891, DE 14 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 16/05/2019 Seção I Pág. 20) - Dispõe sobre o parcelamento de débitos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil de que tratam os arts. 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.892, DE 14 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 16/05/2019 Seção I Pág. 22) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.836, de 3 de outubro de 2018, que dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2018 e a situações especiais ocorridas em 2019 (Dirf 2019) e sobre o Programa Gerador da Dirf 2019 (PGD Dirf 2019);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.894, DE 16 DE MAIO DE 2019](#) (DOU de 17/05/2019 Seção I Pág. 16) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD);

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 8 (oito) itens da Norma Regulamentadora 06 (Equipamentos de Proteção Individual - EPI) mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

***Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :

f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico